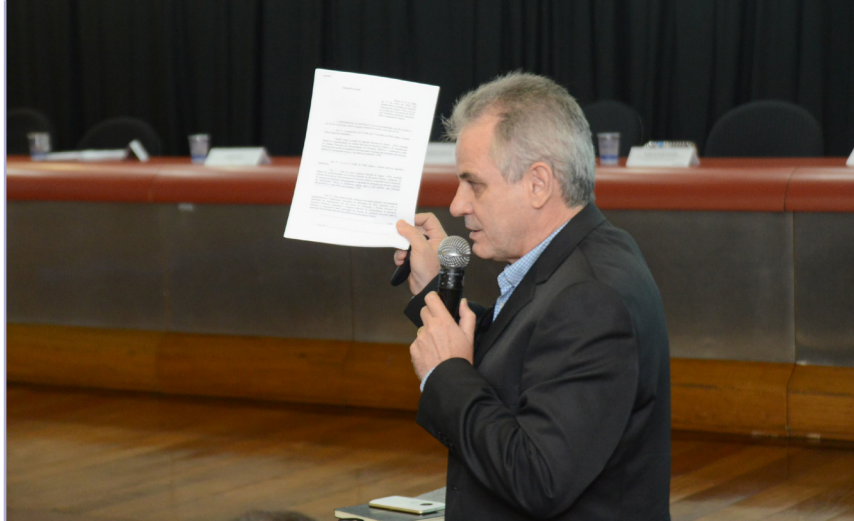


ABES-MG cria Câmara Técnica de Gestão de Perdas

Durante a reunião de diretoria e conselhos da ABES-MG, realizada em 13 de março, o presidente, Rogério Siqueira, anunciou que a entidade deu início às discussões para criação da Câmara Técnica de Gestão de Perdas da ABES-MG. Segundo ele, esse é um tema do momento que implica diretamente nos custos da produtividade. “Quem paga a conta das perdas é a população e o meio ambiente. A Câmara Técnica pretende levantar essa questão e discutir modelos de gestão que possam trazer resultados efetivos para o combate às perdas de água”, defendeu. De acordo com o Sistema Nacional de Informações Sobre Saneamento (SNIS), em 2015, 36,7% da água tratada no país se perdeu por causa de vazamentos nas tubulações, ligações clandestinas e erros de medição.

BH recebe seminário Uso de Esgotos em Solos

Dias 9 e 10 de maio, Belo Horizonte sediará o I Seminário Internacional sobre Uso de Esgotos em Solos. Especialistas e entidades de pesquisa e regulação vão debater as experiências na utilização do lodo para fertilização e recuperação de solos, abordando aspectos técnicos e tecnológicos, as preocupações, riscos, e o arcabouço legal e regulatório desejado. O encontro é organizado pelo Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia em Estações Sustentáveis de Tratamento de Esgoto (INCT ETEs Sustentáveis) em parceria com a ABES. Além de apresentar as experiências, nacional e internacional, no uso de lodo de esgoto em solos, o objetivo é discutir e elaborar uma proposta de revisão da Resolução Conama 375/06 para que tal prática possa ser viável e segura. O evento é voltado a profissionais do setor, tanto do serviço público quanto de empresas privadas, pesquisadores, estudantes, representantes da sociedade civil e governo. Local: Auditório da Escola de Engenharia/UFMG – Av. Antônio Carlos, 6627 – Pampulha/BH. Mais informações e inscrições: www.abes-mg.org.br



Presidente da ABES critica mudança na lei do saneamento por MP

ABES-MG participa de diálogos rumo ao Fórum Mundial da Água

O presidente da ABES-MG, Rogério Siqueira, foi um dos palestrantes do “Minas em Diálogo com o exterior rumo ao 8º Fórum Mundial da Água” realizado, em 12 de março, no auditório da Copasa, em Belo Horizonte. Ele abordou a proposta de Medida Provisória (MP), apresentada pelo governo federal, para modificar o Marco Legal do Saneamento. “A ABES tem se posicionado contrária a essa medida, que é inconstitucional e arbitrária. A Lei do Saneamento é fruto de 10 anos de ampla discussão com a sociedade e se houver necessidade de revisão, ela deve ser feita com consulta popular”, defendeu. O evento foi promovido pelo Núcleo de Diálogos do Estado de Minas Gerais (NUDEM), parceria entre a Secretaria de Casa Civil e de Relações Institucionais (SECCRI), a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e a Fundação de Amparo à Pesquisa de Minas Gerais (FAPEMIG). Também participaram: a Diretora Geral do Instituto Mineiro de Gestão das Águas (Igam), Marília Melo, como coordenadora da mesa; Francisco Barbosa da UFMG, que abordou as “Prioridades da água para o Brasil”; José Maria dos Santos, presidente do Sindágua, que falou sobre “A luta pelo saneamento público e universal”; Marcos Montenegro, diretor da ABES-DF, sobre “Água como direito humano”; e Rodopiano Evangelista, vice presidente da ASSEMAE, sobre “O impacto da privatização na visão do município”.

ABES-MG se posiciona contra adutora no Rio Corrente

Em visita a Governador Valadares, o presidente da ABES-MG, Rogério Siqueira, contestou a necessidade do projeto de abastecimento do município, que prevê a implantação de adutora para captação de água no Rio Corrente Grande. Segundo ele, a iniciativa precisa ser melhor avaliada. “Temos o Rio Doce passando dentro da cidade e, hoje, é possível realizar o tratamento de qualquer água. Além disso, essa obra tem altos custos financeiros e ambientais. São 35 quilômetros de adutora, um investimento inicial de R\$ 166 milhões e outros impactos no Rio Doce, que receberá um volume menor de água desse importante contribuinte”, defendeu. Para Rogério, que esteve no município com outros conselheiros da Fundação Renova, novos estudos precisam ser realizados para evitar danos futuros ao meio ambiente e obras desnecessárias. A Fundação Renova tem obrigação, pelo Termo assinado na sua criação, de buscar alternativas de captação ao Rio Doce para fornecimento de água à cidade de Valadares, entretanto, o conselheiro sugeriu que se fizesse uma discussão antes de concretizar o investimento.